

O MANUAL DIDÁTICO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA RELAÇÃO EDUCATIVA: UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA

THE MANUAL OF TEACHING IN PHYSICAL EDUCATION CONNECTION EDUCATION: A CONTEMPORARY APPROACH

Maria Lucia Paniago Lordelo Neves¹

RESUMO: Este artigo apresenta a temática sobre o manual didático, tendo como objetivo discutir questões relativas à mediação feita por esse instrumento de trabalho na relação professor/aluno, com foco na disciplina de Educação Física. Neste trabalho realizamos uma discussão a respeito da concepção do manual didático, abordando-o histórica e teoricamente como instrumento de mediação na relação educativa. Buscamos compreender a educação na sociedade em que vivemos, por meio da discussão acerca dos fundamentos do trabalho didático, para encontrar elementos que nos permitam identificar o papel histórico do manual didático no processo educativo. A partir da investigação literária a respeito do tema pudemos constatar que, mesmo com a escassez no âmbito da pesquisa e a quase inexistente produção do manual didático de Educação Física, disponível no mercado, esse debate é pertinente na medida em que, como mercadoria que é e como possibilidade para ampliação do capital, tal instrumento de trabalho torna-se um nicho de lucro para a indústria editorial. Entendendo-o, na perspectiva comeniana, como elemento que simplifica e objetiva o conhecimento socialmente construído, faz-se necessária a busca por outro/outros instrumentos didáticos que, sem vulgarizar ou sonegar tais conhecimentos, possibilite o aprofundamento e a investigação que extrapolem os seus limites didáticos.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho didático; manual didático; Educação Física.

ABSTRACT: This article introduces the theme of the didactic manuals, aiming to discuss issues on teacher / student relationship mediation made by this working tool, with a focus on Physical Education. In this work we carried out a discussion about the design of the didactic manuals, addressing the history and theory of mediation as a tool in the educational relationship. We seek to understand education in the society we live in, through the discussion about the fundamentals of the teaching work, to find elements that could identify the historical role of the didactic manuals in the educational process. From the investigated literature on the subject we have seen that even with the shortage within the research and production and the almost non-existent production of physical education didactic manuals, available on the market, this debate is pertinent so far as a merchandise product as a possibility for expansion of capital, this working tool become a niche profit for the publishing industry. Understanding it, in the comenian perspective, as an element that simplifies and objectifies the socially constructed knowledge, it is necessary to search for another/other teaching tools that, without to vulgar or to evade such knowledge, enables further the development and the investigation that go beyond their didactic limits.

KEYWORDS: Didactic work; didactic manuals; Physical Education.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Docente do curso de Educação Física da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul /Campus do Pantanal (UFMS/CPAN). E-mail: mlpaniago@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Este artigo adota como temática o manual didático, tendo como objetivo discutir questões relativas à mediação feita por esse instrumento de trabalho na relação professor/aluno, com foco na disciplina de Educação Física.

A utilização do manual didático nas aulas de Educação Física é um tema muito pouco explorado nas pesquisas acadêmicas, embora haja uma vasta literatura pertinente a esse recurso didático, abordando os mais variados aspectos sobre tal utilização nas escolas, como pode ser constatado, por exemplo, em catálogos analíticos e simpósios nacionais e internacionais sobre o tema.

Investigando a produção literária a respeito do tema pudemos constatar que, mesmo com a escassez no âmbito da pesquisa sobre o manual didático de Educação Física, assim como a quase inexistente produção desse material didático destinado à área, disponível no mercado, esse debate se faz pertinente na medida em que, como mercadoria que é e como possibilidade para ampliação do capital, tal instrumento de trabalho torna-se um nicho de lucro para a indústria editorial. Haja vista, a produção pelos estados nacionais de manuais didáticos de Educação Física a exemplo dos estados do Paraná e Amazonas, além de lançamentos da área específica pelas próprias editoras. Aqui devemos considerar, além desses últimos, as produções sobre diversos aspectos do conteúdo dessa disciplina, utilizadas na perspectiva de manual didático.

Dessa forma, podemos considerar que as discussões especificamente voltadas para o manual didático de Educação Física, podem inscrever-se no universo de uma discussão mais ampla, uma vez que a concepção desse instrumento de trabalho atende aos mesmos propósitos dos demais, independente da área do conhecimento a que se destine.

Antes, contudo, de prosseguirmos com a discussão sobre o tema, vale esclarecer a razão de nossa opção pelo termo manual didático. Livro didático é a denominação mais usual para esse instrumento de trabalho do professor que neste trabalho se apresenta ao debate sobre sua presença no interior do trabalho didático. Porém, optamos pela categoria manual didático por melhor exprimir uma versão resumida e simplificada dos conteúdos contidos nesse recurso didático que, na concepção comeniana, tinha a função de facilitar o ensino, de modo que qualquer pessoa pudesse utilizá-lo para ensinar tudo a todos. Essa pessoa – o professor, não precisaria de uma formação aprofundada dos conhecimentos necessários ao exercício da função. Bastariam a ele os conhecimentos essenciais à utilização dos manuais didáticos, tanto do professor quanto do aluno (ALVES, 2005). Cabe ressaltar que é a centralidade e a exclusividade que ocupa na relação educativa que confere a tal instrumento o

caráter de manual, o que o difere do livro didático. Dessa perspectiva, qualquer que seja o livro utilizado pelo professor pode assumir características de manual, desde que seja utilizado como única ou principal fonte de conhecimento – mesmo porque devemos considerar que seu caráter, em princípio, é este – e que seu conteúdo seja simplificado ao ponto de sonegar elementos da realidade que impeçam a autoconstrução do indivíduo rumo à emancipação humana¹.

O MANUAL DIDÁTICO COMO MEDIADOR DA RELAÇÃO EDUCATIVA

Historicamente, o manual didático foi concebido por Jan Amos Comenius com o propósito de ensinar tudo a todos de modo certo, fácil, sólido, com economia de tempo e para facilitar a execução do método. Assim, insere-se na pedagogia comeniana como um instrumento para professor e aluno, na organização do trabalho didático, já que nele estariam contidos todos os conteúdos necessários às aulas, dessa forma, dispensando o professor do conhecimento erudito (COMENIUS, 2006).

Tal forma de organizar o trabalho didático veio se materializar a partir do século XIX, em razão do desenvolvimento das forças produtivas, propícias à instauração da escola moderna. Segundo Alves (2005, p. 141), após a sua instituição “essa proposta petrificou-se e, ainda hoje, permanece resistindo às tentativas que se colocam como objetivo a sua superação”.

Assim, a questão que este estudo coloca é: como o manual didático permanece soberano nas salas de aula, apesar de ser considerado anacrônico para a escola contemporânea e de seu caráter excludente que simplifica e objetiva o conhecimento?

Começaremos dizendo que esse entendimento não é hegemônico no âmbito da educação, ainda que a tese defendida por Alves (2001; 2005) quanto ao anacronismo desse recurso didático seja de grande importância para o avanço das discussões em torno da mediação do manual didático na relação educativa.

Trabalhos como o de Carmo (1999, p. 8), que afirmam a importância da presença do *livro didático* em sala de aula “[...] como um elemento que facilita enriquece e ilustra o processo de comunicação entre professor e aluno”, demonstram o grande desafio na busca do que Alves (2005, p. 71, grifo do autor) aponta como a “*construção de uma nova didática*, que encarne as condições contemporâneas de existência da humanidade”. Enquanto para Galatti (2006, p. 133), o livro didático é indicado “[...] como mediador entre a criança e uma compreensão mais ampla do esporte[...]”, o que implica a sua permanência como mediador do trabalho didático, para Alves (2005) faz-se necessária a superação da forma

comeniana do manual didático, rompendo com o reducionismo da escola atual, pela eliminação do manual didático comeniano e

[...] o restabelecimento, para o aluno e o professor, da possibilidade de acesso ao conhecimento culturalmente significativo, haurido de recursos como os meios de comunicação de massa e a *internet* e da recuperação de livros e outras modalidades de obras clássicas. (ALVES, 2005, p. 72)

Propondo a superação da escola nos moldes atuais, por estar em desacordo com as necessidades e os recursos contemporâneos, Alves (2005, p. 71) entende que a sociedade criou as condições objetivas “para a *construção de uma nova didática*” que permitiria ao educando a aproximação com o conhecimento culturalmente significativo.

Ao longo da história dos homens, a educação vem respondendo às necessidades humanas pertinentes a cada formação social. Não poderia ocorrer de outra forma no sistema capitalista de produção. Da mesma maneira que os parâmetros estruturais do capitalismo comportam, simultânea e contraditoriamente, diferentes dinâmicas do seu desenvolvimento histórico, também a educação, como um de seus complexos sociais, é passível do mesmo processo.

Portanto, o anacronismo reclamado por Alves (2001; 2005) é pertinente quanto à utilização de novas tecnologias, já acessíveis em nossa época, que podem ser incorporadas ao trabalho didático, assim como a retomada das obras clássicas que permitam o acesso ao que Saviani (2003) considera como *conhecimento sistematizado e não fragmentado, a cultura erudita e não a popular*ⁱⁱⁱ. Entretanto, as condições objetivas de boa parcela das escolas (públicas ou privadas), além do precário processo de formação de professores, exigem a permanência dos manuais didáticos no espaço escolar.

Essas condições não estão isoladas da função social da escola pública na sociabilidade capitalista. São, na verdade, o resultado das relações sociometabólicas para a acumulação do capital. Os antagonismos imanentes a essa sociabilidade, de um lado, exigem a formação de indivíduos preparados para exercer suas funções no mundo do trabalho e, portanto, precisa de um trabalhador que corresponda às necessidades da atual forma de produção. Por outro, sua formação não requer a educação erudita, visto que a grande maioria dos alunos de escola pública é oriunda da classe trabalhadora e, portanto, a eles bastam os conhecimentos elementares para a reprodução do capital.

Para Tonet (2007, p. 13),

É neste sentido que podemos dizer que a esfera da educação tem na reprodução do capital a tônica do seu desenvolvimento. E que ele envidará todos os esforços para subsumir à sua lógica toda e qualquer iniciativa, mesmo aquelas que, em princípio lhe poderiam ser contraditórias. Mas, na

medida em que a sociabilidade gerada pela contradição entre capital e trabalho é contraditória, a possibilidade de uma oposição à hegemonia do capital também é uma possibilidade real.

O Estado, produto criado para manter a sociedade dentro dos limites da ordem, a serviço da classe economicamente mais poderosa, tem envidado esforços no sentido de aparelhar as escolas com tecnologia, muito mais para o atendimento à necessidade de expansão do capital do que propriamente para fornecer aos alunos condições mais avançadas de acesso ao conhecimento. Entretanto, algumas condições impedem a utilização desses instrumentos, uma vez que o fornecimento dos serviços necessários ao bom uso dos mesmos, a exemplo da conexão diária e ininterrupta com a rede internacional de informações, não funciona adequadamente.

As condições expostas, combinadas à escassez de obras destinadas às bibliotecas escolares, impõem o imperativo uso do manual didático como recurso que, mesmo simplificando e objetivando o conhecimento, ainda assim, supre parcial e precariamente a transmissão sistematizada de tal conhecimento no espaço da ação educativa.

Mas os problemas não acontecem apenas com a rede internacional de informações. Recursos tecnológicos de ponta, disponíveis em países de desenvolvimento avançado, além de serem dificilmente oferecidos às escolas, quando chegam a elas são de tecnologia obsoleta. Em uma simples visita a essas instituições pode-se constatar, também, o número insuficiente de aparelhos para atender à demanda da escola, além dos problemas de manutenção que envolvem precárias condições de uso.

A pesquisa de Zanatta (2002) sobre “A implantação das salas de informática na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande” também traz algumas indicações importantes para o entendimento das condições objetivas quanto à utilização de novas tecnologias no interior do trabalho didático. Segundo o autor, a introdução de computadores no sistema de ensino não significou a superação do modo comeniano de ensinar; ao contrário, concentrou na máquina a objetivação da habilidade e capacidade intelectual próprias dos seres humanos. Para ele,

De nada adianta pensar em preparar para o futuro como sendo uma preparação para o mercado de trabalho, tendo em vista que essa preparação está centrada no ensinamento e no aprendizado de técnicas para o simples uso das tecnologias, ligado à lógica utilitarista-instrumental. Aprender a usar um computador, por exemplo, não é garantia de que o seu uso se dará plenamente. (ZANATTA, 2002, p. 60)

Zanatta constata, ainda, que a forma como os *softwares* e a rede internacional de informações está sendo utilizada por alunos e professores transformou-se em

uma versão *informatizada do manual didático*. Vale assinalar que, além das dificuldades encontradas no âmbito da escola, no espaço familiar o acesso à tecnologia informatizada é igualmente negado à grande parcela da população. Contraditoriamente ao enorme desenvolvimento tecnológico que deveria ser disponibilizado de forma generalizada a todos os trabalhadores, já que são eles os produtores dos bens materiais para a humanidade, essa produção chega a eles em doses homeopáticas e fragmentadas. Em nossa experiência como docente de graduação, podemos constatar que a mesma realidade observada nas escolas de Educação Básica se repete no Ensino Superior, favorecendo ao que chamamos de “círculo vicioso” do ensino, o que contribui para o agravamento das condições de formação do professor.

Como se vê, o manual didático, frente às condições educacionais apresentadas, passa a ser o recurso mais acessível para professores e alunos, uma vez que a sua distribuição gratuita pelo Estado, por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do Ministério da Educação (MEC), a todas as escolas públicas do país faz parte das políticas públicas para a educação. Isso não significa dizer que a luta pela superação desse estado de coisas não deva ser travada, com base no desenvolvimento de novas formas de organização do trabalho didático. Necessário se faz o entendimento de que na sociedade capitalista, em que está presente a contradição de interesses de classes antagônicas, forçosamente, o mais avançado vai conviver com o menos avançado, a depender da circunstância histórica mais adequada à acumulação desenvolvida no sistema do capital global.

É oportuno salientar que à indústria editorial, que detém o monopólio do material didático oferecido às escolas, obtendo com isso lucros extorsivos oriundos de grandes negociações financeiras com o Estadoⁱⁱⁱ, interessa a realização da mais-valia extraída da força de trabalho que produz a mercadoria manual didático. Não interessa a esse capital quem e como o utilizam e o grau de simplificação, vulgarização e objetivação do conhecimento. A ele importa a ilimitada e infinita superação das barreiras para a escalada de sua reprodução ampliada. Dessa forma, “o manual didático contemporâneo apresenta informações fragmentadas, conteúdo rarefeito e sua organização padece da total irracionalidade que rege a sociedade contemporânea” (SOUZA, 2010, p. 129).

Esse entendimento sobre o manual didático e o seu caráter excludente em relação a outras fontes de conhecimento não é compartilhado, de maneira geral, por todos os que discutem essa temática. Para autores como Jorge Megid Neto e Hilário Fracalanza (2003, p. 147), “Professores e professoras da educação básica [...] têm recusado cada vez mais adotar

fielmente os manuais didáticos postos no mercado, na forma como concebidos e disseminados por autores e editoras”. Entretanto, outros autores^{iv} afirmam que:

A abordagem tradicional orienta a seleção e a distribuição dos conteúdos, gerando atividades fundamentadas na memorização, com raras possibilidades de contextualização. Ao formular atividades que não contemplam a realidade imediata dos alunos, perpetua-se o distanciamento entre os objetivos do recurso em questão e o produto final. [...] O conhecimento não é construído, e ao aluno relega-se uma posição secundária no processo de ensino-aprendizagem. / As consequências destes problemas agravam-se ao considerarmos que *uma parcela considerável de professores ainda concebe os livros didáticos como inflexíveis manuais norteadores dos programas*. Historicamente, livros didáticos têm sido compreendidos como *agentes determinantes de currículos*, limitando a inserção de novas abordagens e possibilidades de contextualização do conhecimento. Em muitos casos, o livro parecia ser concebido na perspectiva principal de aliviar o trabalho do professor, priorizando suas necessidades (BIZZO *apud* VASCONCELOS; SOUTO, 2003, p. 94, grifos nossos).

De maneira geral, o manual didático é caracterizado como material de apoio na relação professor/aluno, sem maiores considerações a respeito do seu fundamento ou forma histórica. Entretanto, a prática evidencia outra realidade; mais que apoio, o manual didático assume centralidade na relação educativa, interpondo-se entre professor e aluno, retirando do professor a tarefa de *programação, direção, avaliação* (ALVES, 2005) e transmissão dos *conhecimentos sistematizados* (SAVIANI, 2003).

Isso pode demonstrar a situação de alienação do trabalho do professor, na medida em que o afasta do processo criativo da ação pedagógica. Ao permitir que o manual didático lhe tome as rédeas da atividade docente, o professor torna-se um acessório de seu instrumento de trabalho, da mesma maneira que o trabalhador se transformou em apêndice da máquina no processo de reprodução do sistema do capital. Tal qual a máquina faz com o trabalhador na produção de objetos, o manual didático subtrai do professor o ato criativo no processo de transmissão-assimilação do conhecimento; assim como “a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo” (MARX, 1985, p. 55-56).

O manual didático contemporâneo não foge ao modelo comeniano aqui explicitado. Ao longo do tempo modifica-se a forma, mas a essência permanece (SOUZA, 2010). Tal permanência diz respeito ao caráter excludente decorrente de sua função histórica, ou seja, o aprofundamento do processo de simplificação e objetivação do conhecimento, tal qual ocorre no processo de produção em relação ao trabalho. Esse caráter é manifesto em tais manuais se considerarmos que a sua estrutura define *o que, como e quando* os conhecimentos devem ser transmitidos e assimilados.

Embora as editoras tragam para seus quadros de produção do manual didático autores e consultores qualificados por respeitadas instituições de Ensino Superior, isso não implica em menor ou maior grau de simplificação e objetivação do conhecimento veiculado por esses instrumentos de trabalho. Em outras palavras, o nível de conhecimento apresentado pelos manuais didáticos independe do grau de formação dos seus autores.

Tal consideração evidencia-se nos manuais, quando renunciam à “possibilidade de transmitir o conhecimento culturalmente significativo, depositado nas obras clássicas, em favor de sua versão vulgarizada” (ALVES, 2001, p. 10-11). Isso traz para primeiro plano as afirmações do autor quando declara a criação comeniana como àquela que tem a função de

[...] instrumento de trabalho no qual [foi] depositada a responsabilidade maior pela transmissão do conhecimento; instrumento que daria a medida do (escasso) conhecimento esperado do professor e expressaria a meta quanto ao grau de conhecimento a ser assimilado pelo aluno. (ALVES, 2005, p. 69)

Os manuais didáticos não trazem as questões basilares sobre os temas abordados, como também não indicam ou orientam a busca do aprofundamento dos conhecimentos que estão ali rarefeitos e pobremente sistematizados. Essa sistematização em *livros didáticos*, como defende Saviani (1986), cumpre a função de transformar os conhecimentos científicos em conhecimentos de ensino e, a partir daí, apresentar e subsidiar os alunos quanto aos elementos da realidade a serem conhecidos, para o enfrentamento da luta de classes, de modo a compreender a lógica dessa realidade, superando-a com base em suas próprias contradições. Concretamente o manual didático é, contudo, de fato, conforme afirma Alves (2001; 2005), um instrumento que simplifica e objetiva o *conhecimento humano culturalmente significativo* por sua própria concepção.

Porém, nas considerações de Saviani (1986), o *livro didático* é ao mesmo tempo *insubstituível*, por ser ele o único capaz de transmitir ao aluno um *corpo de conhecimentos sistematizados* para fins educacionais, que proporcione, contraditoriamente, os elementos necessários para a sua emancipação frente ao capital. O *bom livro didático*, para Saviani (1986, p. 108, grifo nosso), é

[...] aquele que, reconhecendo-se um dentre os *diversos recursos* que concorrem para o êxito do ensino, for capaz de reunir o maior número de estímulos que permitam a professores e alunos dinamizar o dia a dia do processo ensino-aprendizagem na direção do objetivo fundamental da educação: a promoção do homem.

Esses recursos de que fala o autor podem ser considerados como os *clássicos*^v ou também as ontologias na afirmação de Souza (2010, p. 124), para quem

É importante diferenciar as ontologias das demais modalidades, porquanto uma ontologia para fins didáticos, ao compilar textos clássicos, não pode ser considerada um manual didático, já que sua preocupação primeira é acessar aos alunos o texto clássico.

Dessa forma colocada a questão, resta identificar quem são esses professores que fazem uso desse instrumento de trabalho e como os utilizam. Para que os manuais cumpram a sua função de instrumento do processo educativo, é necessário, assim como a máquina no processo produtivo, ser colocado em movimento. Com característica de ser instrumento de trabalho imaterial, o manual didático estabelece relações diferenciadas com o trabalhador que o opera. Nesse sentido, como ele entra na relação educativa vai depender de como o professor o utilizará em sua tarefa de ensinar. Como única e excludente fonte de conhecimento, ele reafirmará os estudos de Alves (2001; 2005) que apontam para a vulgarização do conhecimento pela sua simplificação e objetivação e que refletindo a realidade objetiva impede a formação do homem integral^{vi}. Como instrumento que veicula o conhecimento científico transformado em conhecimento educativo e que estimula a utilização de outros recursos que venham a complementar aquele, tal qual sugerido por Saviani (1986), ele pode, contraditoriamente, apontar os caminhos para a organização dos trabalhadores rumo ao *reino da necessidade* articulado ao *reino da liberdade*^{vii}.

O que ocorre é que a utilização do manual didático em sala de aula, hoje, tem comprovado o seu caráter excludente. A forma como os manuais didáticos organizam e distribuem os conteúdos no seu interior e propõem as atividades não oferece a possibilidade de retomar as raízes dos problemas enfrentados por uma sociedade regida pelo capital. O que esses manuais oferecem – quando oferecem – são sugestões mantendo o mesmo fundamento que orientou as formulações contidas na obra. Vale frisar que a simplificação e objetivação do *conhecimento humano culturalmente significativo* não se referem pura e simplesmente ao corpo teórico dos conteúdos como um fim em si mesmo, mas perpassam as questões que dizem respeito à sua construção histórica.

Dos trabalhos pesquisados sobre o manual didático, apenas as produções de Alves (2001; 2005) apontam para a superação/eliminação desse instrumento de trabalho do professor, hegemônico em sala de aula, pois considera as condições materiais contemporâneas, que incluem tecnologias mais avançadas, propícias a tal propósito. As preocupações que permeiam as pesquisas sobre manuais didáticos não dizem respeito a tal superação, ao contrário, estão voltadas para a sua reformulação, melhoria da qualidade^{viii}, adequação às necessidades de reprodução do capital, com base na formulação de novas metodologias. Especificamente sobre os manuais de Educação Física as discussões

relacionam-se mais diretamente à linearidade das informações, à fragmentação do conhecimento, à contextualização dos conteúdos.

Nesse sentido, o que se busca é dar ao manual didático propriedades que fogem à sua concepção e função de simplificação e objetivação do conhecimento e do trabalho didático. Ao se buscar o aperfeiçoamento desse instrumento, pretende-se dar a ele uma dimensão impossível de se realizar pelo seu próprio fundamento. Nessa tentativa introduzem-se novos fragmentos, que vão minguando ainda mais as possibilidades de acesso para os filhos dos trabalhadores (quando não a eles próprios) ao conhecimento universal. São tantos os fragmentos que não se reconhece mais o que e como a humanidade construiu ao longo de sua história (SOUZA, 2010).

Acreditamos que o exposto até aqui seria suficiente para justificar a permanência do manual didático na sala de aula. Entretanto, chamamos a atenção para um elemento importante dessa análise, a questão das condições objetivas do trabalho didático, nas quais se inserem a formação docente. Tais condições, que são reafirmadas em inúmeras pesquisas, dizem respeito à natureza física da escola, aos recursos materiais, “à organização da escola em termos de planejamento, gestão e possibilidades de trocas de experiência, estudo coletivo, à duração da jornada de trabalho, ao tipo de contrato de trabalho, ao salário etc.” (BASSO, 1998, s/p). Soma-se a isso a aligeirada formação do professor que “por falta de conhecimentos mais profundos sobre conteúdos e metodologias, vê-se obrigado a reproduzir o conteúdo do livro didático” (BASSO, 1998, s/p).

Entretanto, a respeito da formação de professores, Alves (2008, p. 103), chama a atenção para a “produção da nova instituição educacional e do novo educador demandados pela sociedade, hoje”. Alega o autor que a consciência dos professores permanece atrelada ao trabalho manufatureiro, resistindo ao desenvolvimento tecnológico e a uma nova maneira de pensar o trabalho didático e, conseqüentemente, a escola. A eles são oferecidos cursos de formação e treinamento que reiteram a crença em uma autonomia do trabalho docente, o que fica evidenciado nas inúmeras ofertas de capacitação oferecidas, pelo poder público, aos docentes, como cursos de especialização, atendimento em serviço, encontros bimestrais de professores, sem que isso se reverta em mudanças significativas na relação professor-aluno, ou na construção de uma nova instituição educacional que leve a transformações radicais no interior da escola.

No entendimento de Alves (2008, p. 105),

Esses cursos são fundamentais [...] para manter a escola manufatureira tal como se encontra e, ao mesmo tempo, para cultivar o mito do professor que

impõe direção autônoma ao trabalho didático. Em resumo, por aferrarem a escola ao passado e por resistirem à mudança, esses cursos de formação e treinamento de professores são politicamente reacionários.

Contudo, há que ressaltar a política educacional de formação de professores sustentada na lógica de mercado que exige um giro muito rápido de produtos. Os cursos de formação inicial e continuada

[...] são considerados mercadoria, e têm um valor de troca. Quanto mais cursos forem realizados, mais mercadorias vendidas, como: livros, materiais didáticos, investimento em assessoria, diárias, alimentação e viagens. Esses fatores reforçam da política de formação continuada e a política de mercado. (VASCONCELOS, 2007, p. 59)

Nesse sentido, não importa ao Estado burguês a qualidade teórica da formação de professores, o que lhes permitiria autonomia pedagógica, importa sim a defesa dos interesses particulares das empresas capitalistas que encontram na educação e na escola um espaço de mercantilização e conseqüente ampliação de capital.

O MANUAL DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Como afirmamos inicialmente, qualquer livro pode exercer a função de simplificar e objetivar os conhecimentos construídos socialmente pelo conjunto dos homens, independente da forma como está estruturado, desde que utilizado como única e/ou principal fonte de tal conhecimento.

Assim, se para estudar o desenvolvimento motor tomarmos um livro de Go Tani (1988), por exemplo, como única fonte de conhecimento estaremos transformando-o em um receituário, um manual de instruções sobre esse conteúdo. Estaremos limitando, circunscrevendo nosso conhecimento às afirmações do referido autor, sem considerar que aquele conteúdo, importante na formação de professores de educação física, pode ser abordado sob várias outras perspectivas, que não desse pesquisador.

Da mesma maneira, podemos considerar a produção “Educação Física: implicações para a prática pedagógica”, de Darido e Rangel (2008), que, além da questão de sua utilização, também está estruturado no formato dos manuais didáticos distribuídos nas escolas públicas, apresentando, tanto na forma como no conteúdo, o caráter do manual comeniano. Como esses, poderíamos citar vários outros autores, cujas produções são utilizadas de forma excludente em relação a todo conhecimento acumulado historicamente, dentre os quais estão as obras de João Batista Freire (1989), Elenor Kunz (2001), Saviani (2003), Coletivo de Autores (1992), etc.

Isso, sem considerar os livros que são produzidos com a finalidade específica de oferecer ao professor um conteúdo previamente estabelecido, como forma de compensação à sua formação também fragmentada e simplificada, retirando-lhe, assim, a autonomia para definir o que atende às reais necessidades de seus alunos, no que se refere à formação do indivíduo integralmente humano^{ix}. Dessa forma, o que determina o que se aprende e como se aprende é o manual didático.

A esse respeito podemos destacar três produções, que, embora bem intencionadas, guardam as mesmas limitações do manual didático comeniano:

1. A primeira é a de Sergio Carnevale do Carmo (1999, p. 20), produzida inicialmente, segundo ele, de forma artesanal como *protótipo*, para atender às necessidades de um trabalho com futebol, utilizado em escola e clube para os quais trabalhava. Para esse pesquisador um livro deve “[...] apresentar uma simplificação dos conteúdos complexos, proporcionando uma tradução em linguagem simples [...]”.

Textualmente o autor afirma que o manual didático “[...] estabelece a provisão de um fundo comum de assuntos essenciais. Isto é, fixa um conteúdo comum à disciplina. (CARMO, p. 23)”. O que vem confirmar nossa afirmação anterior de que quem determina o que e como se aprende é o referido manual.

2. Outra pesquisadora é Larissa Rafaela Galatti (2006, p. 18), que apresenta, em sua dissertação de mestrado, uma proposta de manual didático como mediador para o ensino dos *jogos esportivos coletivos*. Buscando otimizar o *processo de ensino e aprendizagem do esporte*, a autora elaborou um instrumento que cumpre o papel de “[...]um mediador pedagógico pouco presente na Educação Física: o livro didático (LD) – propondo um modelo para sua construção e apontando possibilidades de utilização [...]”.

A proposta de Galatti (2006), mesmo com intenções inovadoras, não foge ao padrão dos sempre conteúdos basquetebol, voleibol, handebol e atletismo, além de uma abordagem rápida acerca do futebol e da ginástica feminina, embora faça a crítica ao caráter técnico dessas práticas. Como podemos observar, nesse trabalho também se mantém os princípios comenianos de simplificação e objetivação do conhecimento, pois se restringe aos conteúdos referidos, sonogando outros aspectos da cultura corporal como patrimônio da humanidade.

3. A terceira obra, e talvez a que mais se aproxima do *livro didático* proposto por Saviani (1986), é a produção do *Livro Didático Público*, elaborada pelos professores da rede pública estadual do Paraná.

Este manual avança em relação ao *o que ensinar e como ensinar*, ao levantar discussões pouco habituais no âmbito da Educação Física abordando temas como: “O jogo é jogado e a cidadania é negada ou Ginástica: um modelo antigo com roupagem nova?” ou “Uma nova maneira de aprisionar os corpos?” ou “O circo como componente da ginástica”. Esses temas são acompanhados de propostas de grupos de discussão, de pesquisa e de atividades de organização de jogos para posterior debate sobre os problemas surgidos nessa ação.

Acreditamos que trabalhos nessa perspectiva, podem apontar alguns caminhos para a superação de um instrumento que rouba aos professores e alunos a possibilidade de acesso ao real corpo teórico da Educação Física. Tal perspectiva permitirá uma contribuição significativamente para, concretamente, elevar o nível de consciência emancipadora, trazendo para o interior da sala de aula questões que propiciem o debate e a partir daí a “[...] transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança.” (MÉSZÁROS, (2005, p. 25)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática aqui apresentada tece considerações a respeito do manual didático como o instrumento de trabalho do professor mais presente na relação educativa e, portanto, de maior controle a respeito *do que* se aprende no espaço escolar. Na contemporaneidade esse recurso didático se configura como o primordial instrumento de transmissão do conhecimento, excluindo outras fontes que possam elevar o nível de consciência dos filhos dos trabalhadores a um patamar que lhes permita a luta pela superação da sociedade de classes.

O que podemos abstrair desse estudo é que, seja qual for a forma do instrumento para a socialização dos conhecimentos historicamente produzidos, acreditamos que é indispensável, no processo de construção de uma educação emancipadora, a utilização de um recurso didático que, sem vulgarizar ou sonegar tais conhecimentos, sistematize-os de forma a possibilitar a busca de aprofundamento e investigação que extrapolem os seus limites didáticos.

A discussão aqui levantada indica, entretanto, que em uma sociedade como a capitalista, o manual didático será mantido até que sejam superadas todas as formas de exploração do homem pelo homem, por ser o instrumento de trabalho do professor que

responde aos interesses do capital, na medida em que a universalização do ensino é uma exigência na preparação para o mundo do trabalho em uma sociedade de classes.

Considerando-se a pertinência do aqui exposto, ficam duas questões a serem respondidas: é necessário um *livro didático de Educação Física* na relação educativa? Caso a resposta seja afirmativa resta ainda a pergunta, talvez a mais difícil de responder: qual concepção permeará esse instrumento de trabalho, em uma sociedade regida por interesses antagônicos?

Notas

ⁱ Observe-se que os autores apresentados neste trabalho utilizam indistintamente a expressão manual didático ou manual didático nos textos e/ou obras em que abordam a temática em questão, portanto, quando nos referirmos às suas produções nos remeteremos ao termo utilizado por cada autor.

ⁱⁱ Em relação à cultura popular, Saviani (2003, p.21) argumenta: “[...] o acesso à cultura erudita possibilita a apropriação de novas formas por meio das quais se podem expressar os próprios conteúdos do saber popular. Cabe, pois, não perder de vista o caráter derivado da cultura erudita em relação à popular, cuja primazia não é destronada. Sendo uma determinação que se apresenta, a restrição do acesso à cultura erudita conferirá àqueles que dela se apropriam uma situação de privilégio, uma vez que o aspecto popular não lhes é estranho. A recíproca, porém, não é verdadeira: os membros da população marginalizados da cultura letrada tenderão a encará-la como uma potência estranha que os desarma e domina.”

ⁱⁱⁱ Os programas voltados para as políticas do manual didático, cujo objetivo é o provimento gratuito das redes federal, estadual e municipal, são financiados pelo governo federal, com recursos do Orçamento Geral da União, correspondendo à maior parte do salário-educação, e executados diretamente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com investimentos, em 2009, da ordem de R\$ 861,4 milhões para compra e distribuição dos manuais didáticos (reutilizáveis e consumíveis) da educação básica (FNDE, 2009). Esse investimento, se comparado ao montante do financiamento da educação no país, que corresponde a R\$ 8.081.599.249,41 (FNDE, 2009), cerca de 10,66% dos recursos alocados, pode demonstrar o peso de uma indústria editorial que, por estar inserida em uma sociedade regida pelo capital, é determinante nas ações do Estado.

^{iv} Cassiano (2004, p.34) acredita “ser o livro didático um elemento prescritivo-chave do currículo”.

^v Aqueles que resistiram aos embates do tempo, que se firmaram como fundamentais, como essenciais (SAVIANI, 2003), para a apropriação do conhecimento pela humanidade.

^{vi} “[...] indivíduos capazes de pensar com lógica, de ter autonomia moral; indivíduos que se tornem cidadãos capazes de contribuir para as transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas que garantam a paz, o progresso, uma vida saudável e a preservação do nosso planeta.” (TONET, 2007, p.79)

^{vii} *Reino da necessidade*: esforço físico e espiritual do trabalhador associado para atender às necessidades genuinamente humanas diferentemente das necessidades deformadas da sociabilidade capitalista. *Reino da liberdade*: o atendimento às necessidades puramente humanas possibilitarão a diminuição do tempo de trabalho necessário, permitindo às pessoas dedicarem-se a atividades de sua própria escolha plenamente livres, uma vez que na sociedade capitalista *quem é livre é o capital e não o homem* (TONET, 2007, p.18).

^{viii} Af se incluem aspecto gráfico e visual, conceitualização, a inclusão de questões de natureza socioeconômica, racial, gênero, entre outros.

^{ix} Aquele indivíduo que, para tornar-se membro do gênero humano, necessita apropriar-se do patrimônio, material e espiritual, acumulado ao longo da história.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. L. *A produção da escola pública contemporânea*. Campo Grande: UFMS; Campinas: Autores Associados, 2001.

_____. *O trabalho didático na escola moderna*. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. Formação de professores: uma necessidade de nosso tempo? *Revista HISTEDBR On line*, Campinas, n.31, p.102-112, 2008. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/31/art08_31.pdf. Acesso em: 27 ago. 2010.

BASSO, I. S. Significado e sentido do trabalho docente. *Cadernos CEDES*. Campinas, v.19, n.44, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 27 ago. 2010.

BRASIL. Programas de livros didáticos. Brasília: FNDE, 2009. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-pnld-e-pnlem>. Acesso em: 17 jun. 2009.

CARMO, S. C. *O livro como recurso didático no ensino de futebol*. 1999. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, 1999.

CASSIANO, C. C. F. Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de História e suas implicações curriculares. *História*, Franca, v. 23, n. 1-2, p. 33-48, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742004000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 04 jun. 2010.

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

COMENIUS. *Didática Magna*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. (Org.). *Educação Física: implicações para a prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

FREIRE, J. B. *Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física*. São Paulo: Scipione, 1989.

GALATTI, L. R. *Pedagogia do esporte: o livro didático como um mediador no processo de ensino e aprendizagem dos jogos esportivos coletivos*. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Universidade Estadual de Campinas, 2006.

KUNZ, E. (Org.). *Didática da Educação Física 1*. Ijuí: Unijuí, 2001.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro primeiro, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

PARANÁ. *Livro didático público*. Curitiba: SEED-PR, 2008.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

_____. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

SOUZA, A. A. A. Manuais didáticos: formas históricas e alternativas de superação. In: BRITO, S. H. A. et al. (Org.). *A organização do trabalho didático na história da educação*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2010.

TANI, G. et al. *Educação Física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

TONET, I. *Educação contra o capital*. Maceió: EDUFAL, 2007.

VASCONCELOS, S. S. F. *A(s) política(s) para formação continuada de professores na rede municipal de ensino de Dourados/ Mato Grosso do Sul (1997-2004)*. 2007. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2007.

ZANATTA, J. A. *A implantação das salas de informática na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande*. 2002. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2002.

Recebido em abril de 2011
Aprovado julho de 2011